



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

KELI CRISTINA GONÇALVES DA SILVA

**VOZES DA MARÉ: SABERES TRADICIONAIS, RESISTÊNCIA E CONFLITOS NO
MANGUEZAL DE SIRIBINHA - LITORAL NORTE DA BAHIA**

Salvador

2025

KELI CRISTINA GONÇALVES DA SILVA

**VOZES DA MARÉ: SABERES TRADICIONAIS, RESISTÊNCIA E CONFLITOS NO
MANGUEZAL DE SIRIBINHA - LITORAL NORTE DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora do Instituto de Geociências da
Universidade Federal da Bahia, como requisito
parcial para obtenção do Título de Bacharela em
Geografia.

Orientadora: Profª Drª Elaine Gomes Vieira de
Jesus

Salvador
2025

AGRADECIMENTOS

Ofereço este trabalho, com humildade e reverência, a Yemanjá, Rainha do Mar e dona do meu Ori. Foi em suas águas que encontrei calma nos momentos difíceis, direção quando a dúvida pesava e coragem para seguir quando o cansaço ameaçava parar meus passos. Minha gratidão também à minha guia, Dona Maria Mulambo da Estrada, exu guardiã que esteve ao meu lado em silêncio e em guerra, abrindo caminhos, afastando o que não era meu e me lembrando que a vida é movimento, coragem e verdade.

Agradeço a mim. À mulher que fui, à mulher que sou e à mulher que continuo me tornando. Agradeço à minha força, que tantas vezes eu mesma duvidei que tivesse, mas que permaneceu firme, mesmo quando o mundo parecia desabar. Agradeço à minha coragem por ter atravessado um contexto de violência doméstica e ter me reconstruído a partir dos meus próprios pedaços, sem jamais permitir que a dor definisse quem eu seria.

Hoje, ao concluir este trabalho, eu honro não apenas minha formação acadêmica, mas toda a minha trajetória de vida.

À minha mãe, Ester, mulher de fibra e de luz, que me ensinou princípios que carrego como norte: honestidade, dignidade, humildade e coragem. Dirijo também um agradecimento póstumo ao meu pai, cuja ausência ainda ecoa, mas cujos ensinamentos continuam vivos na minha trajetória. À minha avó, igualmente em memória, deixo minha gratidão e saudade.

Agradeço profundamente aos meus filhos — Gabriel, Miguel e Eloá — minhas três forças, minhas três direções, meus três motivos.

Agradeço profundamente à minha orientadora, professora Elaine Gomes, por toda a paciência, generosidade e firmeza com que me acompanhou nesta caminhada. Minha gratidão também ao professor Mauro Alixandrini, parceiro de tantas missões e figura discreta, mas de uma sabedoria infinita.

À professora Cláudia Palombo, deixo meu reconhecimento especial. E, ainda que seja impossível nomear todas as pessoas que marcaram minha jornada, deixo um agradecimento afetuoso aos muitos professores que passaram pela minha vida desde o Universidade para Todos.

Agradeço com imensa gratidão à comunidade de Siribinha, que abriu não apenas suas portas, mas também seus caminhos, seus rios, sua maré e sua memória para que esta pesquisa pudesse existir.

Meu agradecimento especial vai para Nega, marisqueira e pescadora, cuja presença foi fundamental durante todo o processo. Ela me guiou pelo manguezal com a segurança de quem conhece cada curva do rio, cada sinal da maré, cada gesto que só os saberes tradicionais ensinam. Agradeço também a Givaldo, presidente da Colônia dos Pescadores e companheiro de Nega, pela disponibilidade em compartilhar conhecimentos, esclarecer dúvidas e ajudar na construção desta pesquisa com firmeza e responsabilidade.

Meu carinho e gratidão a Fabiana, marisqueira local que também esteve conosco no campo, contribuindo com saberes, histórias e orientações essenciais para compreender a dinâmica da maré e da mariscagem. Sua participação enriqueceu profundamente este trabalho.

Agradeço a Seu Domingos, Seu Jonas, Gleide, Lia dona da Barraca que concedeu entrevista — cada um deles trazendo seus relatos, suas memórias, suas percepções sobre o manguezal, o turismo, a pesca, as mudanças climáticas e os desafios enfrentados pela comunidade. A todos e todas da comunidade de Siribinha, deixo meu respeito e minha gratidão.

Agradeço com muito carinho aos meus amigos e parceiros de caminhada, que estiveram ao meu lado nos momentos mais desafiadores e também nas pequenas conquistas que construíram este percurso. Em especial, deixo meu agradecimento a Lucas Carvalho, Sarah Cirino, João Tachard e João Carlos Cavalcante, que não apenas me incentivaram, mas colocaram a mão na massa, ajudaram a fazer acontecer e estiveram presentes com apoio, escuta e companheirismo quando eu mais precisei.

Expresso também minha gratidão à UFBA, CAPES, ao CNPq e aos programas de apoio estudantil e de formação docente que tornaram viável minha permanência na graduação. Programas como PIBID, PIBIC, Permanecer, Residência Pedagógica e a PROAE foram fundamentais para que eu pudesse seguir estudando mesmo diante das dificuldades da vida cotidiana, oferecendo suporte financeiro, acadêmico e humano em momentos decisivos.

Agradeço com carinho e profundo respeito ao Coletivo de Mães, espaço de acolhimento, escuta e resistência que me acompanhou em tantos momentos importantes da minha trajetória. Esse coletivo não é apenas um grupo: é uma rede de forças construída por mulheres que transformam suas próprias vivências em apoio mútuo, solidariedade e construção de caminhos possíveis diante dos desafios da maternidade, da vida e da sociedade.

SILVA, Keli Cristina Gonçalves da. **Vozes da maré: Saberes tradicionais, resistência e conflitos no Manguezal de Siribinha – Litoral Norte da Bahia**. 64p. 2025. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa o manguezal de Siribinha, no município de Conde (BA), como um território no qual se articulam saberes tradicionais, práticas de manejo, dinâmicas ambientais e conflitos. Os resultados evidenciam que o manguezal funciona como eixo estruturante da vida local, sustentando a pesca artesanal, a mariscagem, a culinária tradicional, a reprodução cultural e formas próprias de gestão comunitária. As entrevistas com moradores, pescadores e marisqueiras revelam conhecimentos detalhados sobre marés, ciclos lunares, comportamento de espécies e indicadores naturais, demonstrando técnicas de manejo que operam como sistemas tradicionais de conservação. O estudo também identifica práticas socioecológicas em Siribinha, em que o manejo de pesca e mariscagem baseia-se na transmissão intergeracional dos saberes e constitui um importante vetor de resistência. Contudo, o território enfrenta pressões como: turismo desordenado, especulação imobiliária, alterações hidrológicas e mudanças climáticas, que restringem o acesso aos recursos e ameaçam modos de vida tradicionais. A análise dos conflitos revela disputas materiais e simbólicas em torno do manguezal, tornando evidente a necessidade de políticas públicas integradas, participativas e sensíveis às especificidades territoriais.

Palavras-chave: Manguezal; Saberes Tradicionais; Práticas Socioecológicas.; Mapeamento Participativo; Siribinha.

SILVA, Keli Cristina Gonçalves da. **Voices of the Tide: Traditional Knowledge, Resistance, and Conflicts in the Siribinha Mangrove Swamp – North Coast of Bahia.** 64p. 2025. Monograph (Undergraduate Thesis) - Institute of Geosciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This study analyzes the Siribinha mangrove forest in the municipality of Conde (BA), as a territory where traditional knowledge, management practices, environmental dynamics, and conflicts are intertwined. The results show that the mangrove forest functions as a structuring axis of local life, supporting artisanal fishing, shellfish gathering, traditional cuisine, cultural reproduction, and unique forms of community management. Interviews with residents, fishermen, and shellfish gatherers reveal detailed knowledge about tides, lunar cycles, species behavior, and natural indicators, demonstrating management techniques that operate as traditional conservation systems. The study also identifies socio-ecological practices in Siribinha, where fishing and shellfish gathering management is based on the intergenerational transmission of knowledge and constitutes an important vector of resistance. However, the territory faces pressures such as: unregulated tourism, real estate speculation, hydrological changes, and climate change, which restrict access to resources and threaten traditional ways of life. The analysis of the conflicts reveals material and symbolic disputes surrounding the mangrove forest, highlighting the need for integrated, participatory public policies that are sensitive to territorial specificities.

Keywords: Mangroves; Traditional Knowledge; Socioecological Practices; Participatory Mapping; Siribinha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Fluxograma das etapas da pesquisa	28
Figura 2 - Manguezal de Siribinha	36
Figura 3 - Experiência imersiva no manguezal de Siribinha	39
Figura 4 - Memorial de Pescadores/Marisqueiras da Colônia “Z-31”	40
Figura 5 - Processo de reuso da casca para alimentação de Aratus.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologias e referenciais de classificação de áreas úmidas	15
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

APA - Áreas de Proteção Ambiental

APPs - Áreas de Preservação Permanente

AUs - Áreas Úmidas

CEP - Sistema Comitês de Ética em Pesquisa

CH₄ - Gás Metano

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa CO₂

- Dióxido de Carbono

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC - Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	10
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3 OBJETIVOS	11
1.3.1 Objetivo Geral	11
1.3.2 Objetivos Específicos.....	11
2 ÁREAS ÚMIDAS.....	12
2.1 CLASSIFICAÇÃO E TIPOLOGIAS DAS ÁREAS ÚMIDAS	14
2.2 MANGUEZAIS.....	16
2.3 PRESSÕES E AMEAÇAS ÀS ÁREAS ÚMIDAS	19
2.3.1 Desmatamento	21
2.3.2 Ocupação Irregular, Expansão Urbana e Turismo Predatório	22
2.3.3 Mudanças Climáticas	23
2.4 MAPEAMENTO DE PRÁTICAS SOCIOECOLÓGICAS	24
3 METODOLOGIA	27
3.1 ÁREA DE ESTUDO	30
3.1.1 Localidade de Siribinha, Conde – Bahia	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	34
4.1 IMERSÃO NO MANGUEZAL	35
4.2 VOZES DA MARÉ	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A – RODA DE CONVERSA.....	55

APÊNDICE B — ENTREVISTA COM MORADORES DA COMUNIDADE	57
APÊNDICE C — ENTREVISTA COM PESCADORES, MARISQUEIRAS E BARQUEIROS	59

1 INTRODUÇÃO

A compreensão das áreas úmidas enquanto sistemas socioecológicos é fundamental para refletir sobre os conflitos socioambientais, os modos de vida tradicionais e as dinâmicas territoriais associadas à permanência e reprodução social de comunidades costeiras. No Brasil, essas áreas são espaços de alta biodiversidade e relevância ecológica, mas também lugares de disputa e apropriação desigual, frequentemente invisibilizados nos processos de planejamento urbano e ambiental. O presente trabalho tem como objeto de estudo o mapeamento participativo como ferramenta para o fortalecimento dos saberes e práticas da comunidade de Siribinha no manejo e conservação dos manguezais.

Siribinha é uma comunidade marcada por uma forte relação com os ecossistemas locais (como manguezais, restingas e rios) cuja manutenção está diretamente vinculada aos saberes tradicionais, à economia da pesca e mariscagem, e ao turismo. Contudo, o avanço do modelo desenvolvimentista, sustentado por políticas públicas de viés economicista e empreendimentos privados, têm gerado transformações nesses territórios, provocando processos de desterritorialização, perda de áreas ecologicamente sensíveis e apagamento de práticas socioculturais ancestrais (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A Geografia, enquanto ciência crítica do espaço, oferece instrumentos para a análise das contradições socioespaciais que marcam tais territórios, ao mesmo tempo em que permite a valorização de outras formas de produção do espaço, não hegemônicas, baseadas em práticas de cuidado com a terra e o corpo-território (SANTOS, 1996). Assim, o mapeamento das áreas de manguezal em Siribinha não se propõe apenas como uma atividade técnica, mas como prática política e pedagógica, articulada às lutas por reconhecimento territorial e valorização dos saberes locais.

Este trabalho busca contribuir para a visibilidade das áreas úmidas enquanto parte vital do território tradicional, considerando suas múltiplas funções ecológicas, sociais e culturais. A metodologia se ancora em observações diretas na comunidade,

rodas de conversa e entrevistas com moradores, pescadores artesanais, marisqueiras e proprietários das barracas de praia de Siribinha.

Dessa forma, esta pesquisa se insere no esforço de construção de uma ciência geográfica engajada, comprometida com os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, e com a preservação das condições socioambientais que sustentam suas formas de vida. A escolha por Siribinha parte da percepção de que esse território está em constante tensão entre a permanência e a ameaça, o cuidado e a expropriação, o enraizamento e o turismo predatório (tensões essas que se expressam diretamente sobre suas áreas úmidas e os usos que delas se faz).

1.1 JUSTIFICATIVA

As áreas úmidas desempenham funções ecológicas fundamentais, como a regulação do ciclo hidrológico, a recarga de aquíferos, o controle de cheias, a conservação da biodiversidade, o sequestro de carbono e a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana e não humana (JUNK *et al.*, 2014; BRINSON, 1993). No litoral norte da Bahia, esses ambientes (especialmente manguezais, brejos e lagoas costeiras) estão sob crescente ameaça devido à urbanização desordenada, à expansão do turismo, ao avanço da especulação imobiliária e à degradação antrópica intensiva (MMA, 2017).

Além de sua importância ecológica, nessas áreas se desenvolvem práticas socioculturais, espirituais e produtivas de comunidades tradicionais, quilombolas, pescadores e marisqueiras. Essas populações mantêm relações históricas de cuidado, manejo e reprodução da vida em estreita interação com os ecossistemas úmidos (ACSELRAD, 2004). Reconhecer, mapear e valorizar essas práticas é fundamental para o planejamento territorial sustentável.

Este trabalho justifica-se por integrar uma abordagem socioecológica ao mapeamento, a fim de registrar os modos de vida e as microintervenções de resistência expressas na pesca artesanal e mariscagem. Tais práticas representam estratégias de adaptação e cuidado, muitas vezes invisibilizadas pelos modelos hegemônicos de ordenamento territorial.

O mapeamento aqui proposto assume, portanto, um caráter contra-hegemônico, ao buscar traduzir espacialmente saberes locais e formas de habitar que dialogam com os princípios da educação ambiental crítica (PORTO GONÇALVES, 2006; LOUREIRO, 2012). Ao reconhecer a centralidade do território na produção da vida, a pesquisa contribui para a construção de alternativas que respeitem a diversidade socioambiental e cultural da região.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Este trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: De que modo os manguezais de Siribinha, podem ser representados de forma crítica e participativa, de modo a revelar suas múltiplas formas de existência, cuidado e resistência diante das transformações socioambientais e dos processos históricos de invisibilização que os afetam?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender a articulação entre os saberes tradicionais e as práticas socioecológicas da comunidade de Siribinha em áreas de manguezal, para fundamentar ações de preservação e gestão participativa.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os saberes tradicionais das comunidades em relação ao ecossistema do manguezal.
- Analisar os impactos de processos antrópicos (turismo, especulação imobiliária, urbanização) sobre os manguezais e o modo de vida da comunidade buscando compreender os conflitos territoriais.
- Mapear práticas socioecológicas desenvolvidas pela comunidade (principalmente pesca artesanal e maricagem) que expressam formas de manejo e resistência territorial.

2 ÁREAS ÚMIDAS

As áreas úmidas (AUs) são ecossistemas que apresentam características hidrológicas particulares, desempenhando papel fundamental na regulação hídrica, no suporte à biodiversidade e na provisão de serviços ecossistêmicos. Contudo, a definição conceitual desse tipo de ambiente tem variado de acordo com os referenciais científicos, jurídicos e políticos adotados.

A Convenção de Ramsar (1971), primeiro tratado internacional para proteção desses ecossistemas, conceitua as áreas úmidas como:

Pântanos, charcos, turfas e corpos d'água, naturais ou artificiais, permanentes ou temporários, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas marinhas costeiras até seis metros de profundidade na maré baixa. (RAMSAR, 2010).

Essa definição amplia o entendimento, incorporando tanto sistemas continentais quanto costeiros e marinhos rasos, o que justifica a grande diversidade tipológica das áreas reconhecidas como úmidas em escala global.

Na ecologia, Brinson (1993) define áreas úmidas como ecossistemas cuja vegetação, solo e processos ecológicos são fortemente influenciados pela presença de água superficial ou subsuperficial em regimes de saturação periódica ou permanente. Para este autor, a hidrologia é o principal fator controlador, definindo tanto a estrutura quanto o funcionamento desses ambientes.

Complementarmente, Junk (2013) ressalta a importância do pulso de inundação¹ como elemento determinante da ecologia das áreas úmidas, especialmente em planícies de inundação tropicais como a Amazônia. Nessa perspectiva, áreas úmidas são ambientes sujeitos à alternância entre períodos de cheia e seca, os quais regulam a produtividade primária, a ciclagem de nutrientes e a dinâmica da fauna e flora associada.

¹O pulso de inundação, segundo Junk (2013), refere-se ao ciclo natural de cheias e vazantes que regula a dinâmica ecológica das áreas úmidas tropicais. Esse movimento periódico da água impulsiona a alta produtividade das várzeas e igapós, sustentando cadeias alimentares e garantindo o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Já sob uma perspectiva sociopolítica, Andriguetto Filho (2004) argumenta que as áreas úmidas devem ser compreendidas não apenas como unidades ecológicas, mas como territórios de uso e conflito, cuja definição incorpora práticas sociais, saberes locais e disputas por recursos naturais. Assim, a delimitação conceitual também depende de critérios históricos e sociais, não apenas biofísicos.

Desta forma, observa-se que Ramsar (1971) privilegia um conceito amplo, com fins normativos e de proteção internacional, enquanto Brinson (1993) e Junk (2013) enfatizam as condições hidrológicas e ecológicas como determinantes. Já o Código Florestal (2012) vincula a definição à proteção legal de APPs, ainda que de forma indireta, e Andriguetto Filho (2004) por sua vez, amplia a definição ao incluir dimensões sociais e políticas.

Essa multiplicidade de conceituações demonstra a complexidade das áreas úmidas como categoria analítica, sendo fundamental considerar tanto os critérios ecológicos quanto os normativos e sociais em sua delimitação.

As áreas úmidas possuem relevância estratégica por suas funções ecológicas, socioeconômicas e culturais, sendo reconhecidas como ecossistemas-chave para a manutenção da vida no planeta. A Convenção de Ramsar (2010) destaca que “esses ambientes estão entre os mais produtivos do mundo, desempenhando funções de regulação hidrológica, sequestro de carbono, recarga de aquíferos e suporte à biodiversidade aquática e terrestre”.

Segundo Brinson (1993), as funções das áreas úmidas podem ser agrupadas em três dimensões principais:

1. Funções hidrológicas, como o amortecimento de cheias, a regulação do fluxo hídrico e a recarga de aquíferos;
2. Funções biogeoquímicas, relacionadas ao sequestro e ciclagem de nutrientes, retenção de sedimentos e purificação da água;

3. Funções ecológicas, envolvendo o suporte à biodiversidade, especialmente como habitats de reprodução, alimentação e abrigo para espécies endêmicas, migratórias e ameaçadas.

Do ponto de vista socioeconômico, áreas úmidas são essenciais para populações tradicionais, ribeirinhas e costeiras, que dependem de seus recursos pesqueiros, madeireiros e medicinais. Andriguetto Filho (2004), destaca que a degradação desses ambientes acentua desigualdades sociais, pois compromete os modos de vida de comunidades vulneráveis.

Além disso, áreas úmidas são consideradas hotspots² de biodiversidade, concentrando alta riqueza de espécies vegetais e animais. Segundo Junk *et al.* (2011), estima-se que cerca de 20% da biodiversidade brasileira dependa diretamente de ambientes úmidos, o que as coloca como prioridade para a conservação em escala nacional e global.

Portanto, a importância das áreas úmidas vai além da dimensão ecológica: envolve aspectos sociais, culturais e jurídicos. Sua conservação é condição necessária para a manutenção da biodiversidade, da segurança hídrica e da justiça ambiental.

2.1 CLASSIFICAÇÃO E TIPOLOGIAS DAS ÁREAS ÚMIDAS

A classificação das áreas úmidas no território brasileiro constitui um marco importante para a consolidação de uma base científica e normativa que oriente políticas públicas de planejamento e conservação. Segundo o Comitê Brasil (2012), a compreensão dessas tipologias é essencial para o fortalecimento da gestão territorial e para a prevenção de desastres ambientais, uma vez que tais ambientes exercem

² Norman Myers cunhou o termo "hotspots" em 1988 para identificar regiões de alta biodiversidade que estão sob grave ameaça devido à atividade humana. Essas áreas são definidas por uma combinação de alto endemismo de espécies (espécies encontradas apenas nesse local) e significativa perda de habitat (pelo menos 70% da vegetação primária desapareceu), tornando-as alvos cruciais para os esforços de conservação.

funções ecológicas e sociais vitais como a regulação hídrica, a recarga de aquíferos, a retenção de sedimentos e o suporte à biodiversidade.

Nesse sentido, Piedade *et al.* (2012) sistematizaram as principais tipologias de áreas úmidas no Brasil, destacando as especificidades ecológicas e territoriais de cada uma delas. Essa classificação permite compreender a diversidade de ambientes úmidos existentes no país, bem como seus diferentes graus de vulnerabilidade frente aos processos de expansão urbana, uso econômico desordenado e mudanças climáticas. O Quadro 1 sintetiza essas tipologias e suas respectivas relevâncias para a gestão territorial e a prevenção de desastres ambientais.

Quadro 1 - Tipologias e referenciais de classificação de áreas úmidas

Tipologia	Características Principais	Localização / Ambiente Predominante	Relevância para a Gestão Territorial e a Prevenção de Desastres Ambientais
Várzeas (rios de águas brancas)	Áreas sazonalmente alagadas, associadas a rios com alta carga de sedimentos.	Bacias Amazônica e do Pantanal; margens de grandes rios.	Regulação hídrica, controle de cheias e fertilização natural do solo; sua ocupação desordenada aumenta riscos de inundação.
Igapós (rios de águas pretas)	Águas ácidas, pobres em nutrientes, com vegetação adaptada a longos períodos de inundação.	Regiões amazônicas de rios como Negro e Tapajós.	Essenciais à manutenção da biodiversidade; indicam vulnerabilidade ecológica em áreas de pressão antrópica.
Veredas	Presença de buritis e solos encharcados; afloramento do lençol freático.	Domínio do Cerrado e regiões centrais do Brasil.	Fundamentais para recarga de aquíferos e manutenção de nascentes; sua drenagem artificial afeta o equilíbrio hidrológico regional.
Manguezais e Apicuns	Ecosistemas costeiros com alta produtividade biológica, influenciados por marés.	Litoral brasileiro, estuários e deltas.	Barreiras naturais contra erosão e avanço do mar; filtram poluentes e sustentam práticas socioecológicas pesqueiras.

Lagoas Costeiras e Sistemas Lagunares	Corpos d'água salobros ou doces, formados por processos sedimentares e marinhos.	Faixa litorânea sul e sudeste do Brasil.	Importantes para o equilíbrio costeiro e para atividades econômicas sustentáveis; vulneráveis à urbanização e poluição.
Campos Úmidos e Banhados	Áreas planas de encharcamento periódico, dominadas por gramíneas e herbáceas.	Sul do Brasil e áreas de planície em diferentes biomas.	Controlam escoamento superficial, armazenam carbono e abrigam espécies migratórias; drenagem para agricultura pode gerar perda de biodiversidade.

Fonte: Piedade *et al.* (2012); Comitê Brasil (2012).

Essa classificação é amplamente adotada em estudos nacionais por integrar critérios hidrológicos, ecológicos e geográficos.

A multiplicidade de classificações demonstra que as áreas úmidas não podem ser reduzidas a uma única tipologia. A Convenção de Ramsar fornece um enquadramento normativo internacional, Brinson (1993) privilegia aspectos funcionais, Junk (2013) e Piedade *et al.* (2012) detalham especificidades ecológicas, enquanto o Código Florestal (2012) garante reconhecimento jurídico e proteção mínima. Assim, a compreensão das áreas úmidas exige o cruzamento entre perspectivas científicas, normativas e sociais.

2.2 MANGUEZAIS

Os manguezais constituem ecossistemas costeiros de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, caracterizados pela influência direta das marés e pela presença de vegetação adaptada à salinidade. Conforme descreve Schaeffer Novelli (1995, apud TIENGO, 2017), esses ambientes se desenvolvem em regiões tropicais e subtropicais, em substratos inconsolidados e ricos em matéria orgânica, desempenhando funções essenciais para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ambiental das zonas costeiras.

De acordo com o Estudo das Áreas de Manguezais do Nordeste (MAIA *et al.*, 2005), os manguezais recobrem cerca de 6.800 km da linha de costa brasileira, sendo

considerados áreas de preservação permanente pela legislação nacional. A flora é composta por poucas espécies arbóreas, altamente especializadas, como *Rhizophora mangle*, *Avicennia schaueriana* e *Laguncularia racemosa*, que desenvolvem adaptações morfológicas como raízes aéreas e mecanismos de filtragem de sal. Essa baixa diversidade florística, paradoxalmente, sustenta uma elevada produtividade biológica e uma complexa teia alimentar baseada na decomposição da matéria orgânica vegetal, que serve de base para inúmeros organismos aquáticos.

Segundo Cunha-Lignon *et al.* (2009), o manguezal cumpre múltiplas funções ecológicas: purificação e armazenamento de água, proteção contra tempestades, estabilização das condições climáticas locais, retenção de contaminantes e oferta de recursos para fauna e flora. Além do valor ambiental, desempenha papel socioeconômico relevante, fornecendo recursos pesqueiros, materiais de subsistência e suporte cultural para comunidades tradicionais que habitam o litoral brasileiro.

Apesar de sua importância, a ocupação desordenada e as atividades antrópicas têm causado sérias pressões sobre esses ecossistemas. No litoral nordeste, a expansão urbana, a carcinicultura e os aterros estão entre as principais ameaças à integridade dos manguezais (MAIA *et al.*, 2005). Em Vitória (ES), por exemplo, observou-se expressiva redução da cobertura de manguezal devido aos aterros e à poluição, impactando diretamente a subsistência de pescadores e desfiadeiras de siri³ (TIENGO, 2017).

Sob uma perspectiva integradora, Vannucci (2003) reforça que o manguezal deve ser compreendido não apenas como um ecossistema natural, mas como um espaço de interação entre natureza e sociedade. Para a autora, os manguezais são uma dádiva das marés, resultado de uma harmonia dinâmica entre os ciclos naturais e as formas de vida humana que deles dependem (VANNUCCI, 2003). Sua abordagem destaca que a conservação efetiva desses ambientes requer o envolvimento das comunidades locais e a valorização de seus conhecimentos tradicionais.

³ São chamadas de desfiadeiras de siri as mulheres que extraem a carne do siri cozido de forma artesanal para preparar diversos pratos típicos.

Além disso, Vannucci defende que a gestão dos manguezais deve articular ciência e cultura, reconhecendo que esses ecossistemas são fontes de alimento, abrigo, proteção costeira e inspiração simbólica. Como observa a autora, “é impossível falar de manguezais sem falar das pessoas que vivem deles e com eles” (VANNUCCI, 2003, p. 22). Essa visão dialoga com as análises contemporâneas sobre serviços ecossistêmicos, que incluem dimensões ecológicas, econômicas e sociais como partes interdependentes de um mesmo sistema.

No litoral norte da Bahia, o mosaico formado por restingas, manguezais e dunas compõem uma paisagem de elevada sensibilidade ecológica e sociocultural. Em Mangue Seco, por exemplo, a vegetação de restinga e os manguezais associados formam um sistema interdependente, que abriga espécies ameaçadas e sustenta atividades de subsistência como a pesca e o extrativismo (GOES *et al.*, 2021). Os autores descrevem que “os manguezais estão bem desenvolvidos, embora haja tanques de cultivo de camarão em plena atividade” (GOES *et al.*, 2021, p. 35), evidenciando o conflito entre conservação e expansão econômica.

Estudos de dinâmica costeira apontam que os manguezais do litoral norte da Bahia e da zona costeira amazônica sofrem constantes transformações induzidas tanto por processos naturais quanto antrópicos. Nascimento Júnior (2016) demonstrou que a expansão ou retração das áreas de manguezal está diretamente associada à carga sedimentar dos rios e às práticas de uso do solo nas sub-bacias. Nas regiões mais impactadas pela ação humana, observa-se “a diminuição das áreas de manguezal, sobretudo nas zonas de maior desmatamento e erosão” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2016, p. 88).

No contexto baiano, o Litoral Norte abriga extensos estuários e manguezais que mantém relação direta com os sistemas fluviais e aquíferos costeiros, atuando como filtros biogeoquímicos e berçários de espécies marinhas. A sua integridade, no entanto, tem sido ameaçada pela carcinicultura, pela expansão do turismo e pela especulação imobiliária, que promovem a supressão da vegetação nativa e a alteração da dinâmica hidrossedimentar⁴.

⁴ Este termo refere-se ao estudo dos processos de erosão, transporte e deposição de sedimentos pela ação da água em rios, oceanos, etc.

Ao considerar a escala regional, o Litoral Norte da Bahia apresenta relevância ecológica singular por integrar sistemas de manguezal e restinga em transição com os aquíferos e as planícies fluviomarinhas. Esses ambientes compõem uma zona de amortecimento essencial para o equilíbrio climático e hidrológico. O ICMBio (2018) enfatiza que 61,9% dos manguezais remanescentes do Brasil estão inseridos em Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo a APA do Litoral Norte da Bahia uma das principais áreas de proteção, onde coexistem práticas de conservação e atividades extrativistas tradicionais.

Segundo o INEMA (2024), os manguezais do estuário do Rio Real e do Rio Itapicuru (situados no Litoral Norte da Bahia), compõem um sistema de áreas úmidas de alta relevância ecológica, essenciais à manutenção dos serviços ecossistêmicos e à reprodução de espécies aquáticas e avifauna migratória. Em julho de 2025, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente apoiou um projeto de restauração de manguezais no Quilombo do Buri, em Conde, desenvolvido em parceria com marisqueiras e pescadores locais, o que demonstra o vínculo entre conservação ecológica e fortalecimento comunitário (BAHIA, 2025).

Enfim, os manguezais representam espaços vitais para a manutenção da vida marinha e terrestre, abrigando uma complexa rede de relações ecológicas e socioculturais. A sua preservação é indispensável para garantir o equilíbrio costeiro, a segurança alimentar e o direito das populações tradicionais que deles dependem. Como afirma Tiengo (2017), as comunidades locais do entorno dos berçários da vida marinha carecem de mecanismos abrangentes que garantam seu usufruto e seu sentimento de pertencimento a esse ambiente. Portanto, compreender os manguezais sob uma ótica geográfica e humanizada é reconhecer neles não apenas um ecossistema natural, mas também um território de vida, resistência e saber.

2.3 PRESSÕES E AMEAÇAS ÀS ÁREAS ÚMIDAS

As áreas úmidas estão entre os ecossistemas mais ameaçados no mundo, resultado direto da ação antrópica sobre seus recursos. Segundo a Convenção de Ramsar (2010), aproximadamente 64% das áreas úmidas globais foram degradadas

ou destruídas desde o início do século XX, sendo que as pressões decorrem principalmente da urbanização, do desmatamento, da poluição hídrica e da expansão agrícola. No Brasil, a situação é ainda mais complexa em razão da forte expansão da fronteira agropecuária, da especulação imobiliária em áreas costeiras e da insuficiência de políticas públicas de ordenamento territorial.

Brinson (1993) destaca que as ameaças às áreas úmidas estão diretamente relacionadas ao desequilíbrio nos gradientes ambientais, particularmente nos regimes hidrológicos. Alterações como represamento de rios, drenagem de várzeas e desmatamento de matas ciliares rompem a relação entre hidrologia, geomorfologia e ecologia, comprometendo funções como retenção de nutrientes, ciclagem de carbono e regulação hídrica. O autor reforça que a conversão de áreas úmidas em terrenos agrícolas ou urbanos é uma das maiores causas de perda de biodiversidade em escala global.

A Convenção de Ramsar (2010) classifica as principais ameaças em três eixos:

- Degradação da qualidade da água, associada ao despejo de esgoto doméstico e industrial;
- Conversão de habitats, por expansão urbana, drenagem e agricultura intensiva;
- Impactos climáticos globais, como aumento do nível do mar, salinização de aquíferos costeiros e alteração dos regimes de inundação.

Esses fatores comprometem os serviços ecossistêmicos, reduzindo a resiliência socioambiental.

Conforme o Comitê Brasil (2012), a flexibilização da lei ampliou a possibilidade de ocupação em áreas frágeis, legitimando práticas de degradação ambiental. Segundo o documento, a ocupação irregular de várzeas e margens de rios aumenta a exposição de populações humanas a riscos de enchentes e deslizamentos, ao mesmo tempo em que fragiliza a proteção da biodiversidade aquática.

Andriguetto Filho (2004) argumenta que a degradação desses ambientes está relacionada à produção social do risco. Populações vulneráveis, como pescadores artesanais e comunidades ribeirinhas, são empurradas para áreas frágeis, como manguezais e planícies de inundação, onde sofrem diretamente os impactos da poluição, da ocupação irregular e da especulação imobiliária. Assim, as pressões não são apenas ambientais, mas também sociais e políticas, resultando em desigualdades no acesso ao território e na distribuição dos riscos.

2.3.1 Desmatamento

O desmatamento representa uma das principais ameaças às áreas úmidas, afetando sua integridade ecológica, a biodiversidade e a prestação de serviços ambientais. Ao remover a cobertura vegetal, compromete-se o equilíbrio entre hidrologia, geomorfologia e processos ecológicos, resultando em degradação ambiental acelerada.

De acordo com Brinson (1993), a supressão da vegetação natural em áreas úmidas compromete funções vitais como a retenção de nutrientes, a filtragem de poluentes, o controle de erosão e a regulação hidrológica. O autor enfatiza que a remoção de matas ciliares e de cobertura vegetal em várzeas leva ao aumento da sedimentação e à perda da conectividade entre ecossistemas aquáticos e terrestres.

No contexto internacional, a Convenção de Ramsar (2010) reconhece o desmatamento como uma das principais ameaças globais às áreas úmidas, especialmente nas zonas costeiras tropicais, onde a destruição de manguezais resulta em perda de habitats críticos, aumento da erosão costeira e maior vulnerabilidade das populações humanas frente a eventos extremos.

Andriguetto Filho (2004) indica que a supressão da vegetação nativa, especialmente de manguezais e restingas, não apenas degrada o ecossistema, mas também expulsa ou fragiliza comunidades tradicionais, como marisqueiras e pescadores artesanais, que dependem diretamente desses ambientes para sua reprodução social e econômica. Assim, o desmatamento vai além de uma ameaça ecológica, atuando também como um processo de exclusão social.

2.3.2 Ocupação Irregular, Expansão Urbana e Turismo Predatório

A ocupação irregular e a expansão urbana desordenada representam uma das pressões mais críticas sobre as áreas úmidas, especialmente em países em desenvolvimento. Esses processos estão associados à substituição de ecossistemas naturais por usos antrópicos voltados à urbanização, ao turismo e à atividade industrial, resultando na supressão de habitats, na impermeabilização do solo, na alteração dos regimes hidrológicos e na intensificação de riscos socioambientais.

Brinson (1993) destaca que a urbanização em áreas úmidas altera profundamente os gradientes hidrológicos. A construção de aterros e edificações promove a drenagem artificial, reduzindo a capacidade natural de armazenamento de água e intensificando enchentes. Para o autor, a ocupação urbana leva à perda da conectividade ecológica e à redução dos serviços ambientais prestados por esses ecossistemas, como a retenção de sedimentos e nutrientes.

A Convenção de Ramsar (2010) reconhece a expansão urbana como uma das principais ameaças globais às áreas úmidas, sobretudo em regiões costeiras tropicais e subtropicais. A conversão de manguezais, restingas e lagoas em áreas de infraestrutura urbana reduz drasticamente a biodiversidade e aumenta a vulnerabilidade de cidades frente a eventos extremos, como tempestades e elevação do nível do mar.

Andriguetto Filho (2004) destaca que as populações marginalizadas, excluídas do mercado formal de habitação, é que ocupam áreas ambientalmente frágeis (como manguezais e planícies aluviais), ficando expostas a poluição, enchentes e desastres ambientais. Assim, a ocupação irregular deve ser entendida não apenas como pressão ecológica, mas também como reflexo de desigualdades estruturais na cidade.

O turismo predatório e a instalação de grandes empreendimentos (condomínios de luxo, resorts, rodovias, portos, complexos industriais e barragens) atualmente estão também entre as causas mais disruptivas da degradação das áreas úmidas costeiras e continentais. Esses empreendimentos atuam por múltiplos mecanismos: remoção e aterro de ambientes úmidos, impermeabilização de solo, alteração da hidrologia local,

geração de poluição pontual e difusa, aumento de acessibilidade e subsequente ocupação irregular, além de impactos socioculturais sobre populações tradicionais (RAMSAR; JUNK; BRINSON; COMITÉ BRASIL; ANDRIGUETTO FILHO).

2.3.3 Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas constituem um vetor transversal de pressão sobre as áreas úmidas, amplificando impactos já produzidos por desmatamento, poluição e ocupação irregular. Os efeitos mais recorrentes incluem: alterações no regime hidrológico (duração, intensidade e sazonalidade de cheias e secas); elevação do nível do mar e intrusão salina em zonas costeiras; aumento da temperatura e da evapotranspiração, com ressecamento de brejos e turfeiras; e perda de serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar humano (JUNK *et al.*, 2013; RAMSAR, 2010).

Os manguezais, ecossistemas costeiros tropicais de elevada produtividade biológica, encontram-se entre os ambientes mais sensíveis às mudanças climáticas globais. Conforme Richieri (2006), o aumento da temperatura média e a elevação do nível do mar configuram-se como os fatores de maior impacto sobre esses sistemas, alterando a dinâmica de salinidade, a estabilidade do substrato e o equilíbrio das relações ecológicas. A autora observa que a elevação do nível do mar pode provocar a submersão de áreas de manguezal, a salinização de solos adjacentes e a perda de vegetação típica, afetando diretamente a reprodução e a sobrevivência das espécies vegetais e animais que dependem desse ambiente.

Essas alterações repercutem também sobre as comunidades humanas que vivem em estreita relação com os manguezais, sobretudo em regiões tropicais como o litoral baiano. O aumento da temperatura e da evaporação tende a modificar o balanço hídrico e o regime de marés, interferindo na produtividade pesqueira e na disponibilidade de recursos naturais. Segundo Godoy (2015), tais impactos não se restringem aos aspectos ecológicos, mas envolvem dimensões sociais e econômicas, uma vez que a vulnerabilidade climática afeta as populações tradicionais que mantêm práticas de uso e manejo sustentável desses ecossistemas.

Além disso, a intensificação de eventos extremos (como tempestades, secas e marés de tempestade) acelera processos erosivos e de perda de área, reduzindo a capacidade de regeneração natural dos manguezais. A resposta desses ecossistemas às mudanças climáticas não é homogênea: depende de fatores como a geomorfologia costeira, o aporte sedimentar e o grau de conservação local. Estudos apontam que, quando existe espaço para a migração natural da vegetação e práticas comunitárias de conservação, os manguezais tendem a apresentar maior resiliência (RICHERI, 2006; GODOY, 2015).

No Brasil, análises críticas sobre o Código Florestal alertam que flexibilizações regulatórias fragilizam APPs hídricas e podem ampliar emissões via perda de vegetação úmida e ciliar, contribuindo para o aquecimento global e para riscos hidrológicos locais (COMITÊ BRASIL, 2012).

Os efeitos climáticos sobre áreas úmidas têm efeitos desiguais. Comunidades tradicionais (pescadores, marisqueiras e ribeirinhos), frequentemente excluídas do mercado formal de terra e moradia, ficam mais expostas a cheias, salinização e contaminação, sobretudo quando empurradas para ocupações em planícies aluviais e manguezais (ANDRIGUETTO FILHO, 2004). Como argumenta o autor, os que menos contribuem para a crise climática, são os que mais sofrem seus impactos.

A compreensão do modo de vida dos pescadores, marisqueiras e da comunidade de Siribinha partiu do estudo da importância e das ameaças enfrentadas pelas áreas úmidas, ecossistemas fundamentais para sua subsistência. Com base nesse entendimento, a próxima seção abordará o papel do mapeamento de práticas socioecológicas (pesca e mariscagem) desenvolvidas pela referida comunidade.

2.4 MAPEAMENTO DE PRÁTICAS SOCIOECOLÓGICAS

O mapeamento de práticas socioecológicas constitui um processo metodológico e político que busca identificar, registrar e analisar iniciativas locais voltadas para a articulação entre sociedade e natureza. Diferente de levantamentos técnicos tradicionais, ele parte da realidade das comunidades, de suas práticas

cotidianas e de sua relação direta com o território, conferindo visibilidade a ações muitas vezes invisibilizadas pelas políticas públicas ou pela cartografia oficial.

De acordo com Rocha *et al.* (2023), trata-se de um esforço para compreender como grupos organizados da sociedade civil desenvolvem práticas de autogestão e de enfrentamento das mudanças climáticas, fortalecendo a resiliência urbana. Ao integrar dimensões sociais e ambientais, esse mapeamento constitui-se como uma ferramenta de leitura da cidade a partir da escala micropolítica, reconhecendo experiências que propõem formas alternativas de produção e apropriação do espaço (ROCHA; CARVALHO; SILVA; SOUZA, 2023).

Do ponto de vista teórico, o conceito de práticas socioecológicas está enraizado na noção de convergência entre processos sociais e ecológicos. Löwy (2015) aponta que tais práticas emergem universalmente, independentemente de classe social ou contexto político, e se baseiam na autogestão e na busca por uma democracia direta em relação às questões ambientais e urbanas.

Metodologicamente, o mapeamento dessas práticas é caracterizado pela participação comunitária e pelo uso de instrumentos colaborativos. Esse caráter colaborativo confere ao mapeamento uma dimensão contra-hegemônica, pois desloca o foco das políticas públicas centralizadas para a pluralidade de iniciativas de base comunitária. Como afirmam Guattari e Rolnik (1996), essas práticas representam “micropolíticas de produção do espaço urbano”, que se articulam em resistência à lógica mercantil da cidade neoliberal.

Além de seu caráter diagnóstico, o mapeamento socioecológico é também um ato de reconhecimento e valorização. O documento Mandalas Agrícolas (2019) destaca que o mapeamento das práticas socioecológicas permite não apenas identificar a diversidade de arranjos produtivos e socioambientais, mas também fortalecer redes de colaboração e estratégias de soberania alimentar, vinculando-se diretamente à construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

O mapeamento de práticas socioecológicas tem como objetivo central dar visibilidade, fortalecer e articular iniciativas locais que promovem relações equilibradas entre sociedade e natureza. Trata-se de uma ferramenta que atua tanto no plano

diagnóstico, ao identificar experiências já existentes, quanto no plano político e pedagógico, ao fomentar processos de resistência e inovação no território.

Outro objetivo é promover conexões entre iniciativas locais, criando redes colaborativas de resistência e inovação. Conforme Mandalas Agrícolas (2019) o mapeamento socioecológico não se restringe ao registro espacial, mas busca articular comunidades, fortalecer cadeias de produção solidária e impulsionar alternativas de desenvolvimento sustentável.

Os dados produzidos pelo mapeamento podem servir de base para formulação de políticas públicas. Rocha *et al.* (2023) destacam que o levantamento das práticas socioecológicas possibilita novas formas de governança urbana, incorporando as iniciativas locais na gestão ambiental e no planejamento territorial. Dessa forma, o mapa se torna ferramenta de planejamento participativo, integrando saberes comunitários aos processos institucionais.

O mapeamento também é um recurso pedagógico. Ao participar do processo, comunidades e grupos locais desenvolvem maior consciência crítica sobre suas práticas e territórios, o que permite a apropriação do conhecimento socioambiental pelas próprias comunidades.

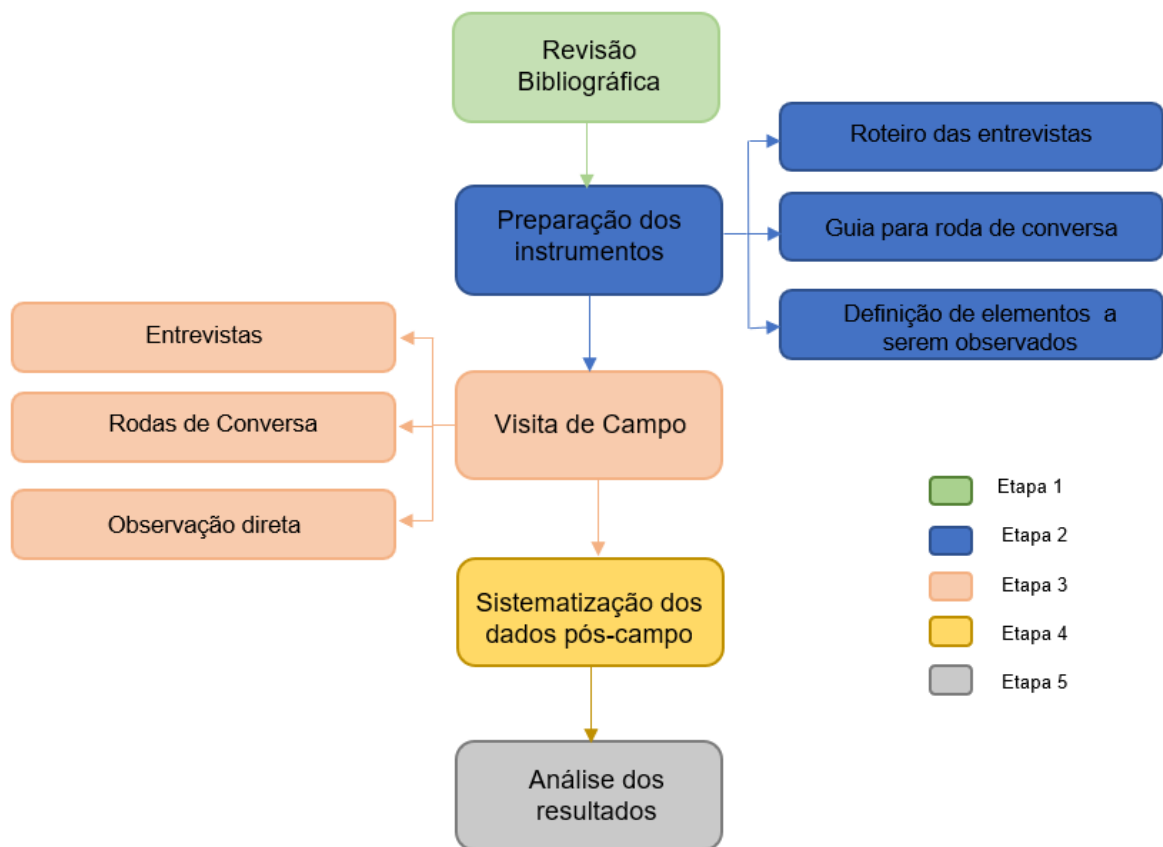
Por fim, o mapeamento busca evidenciar desigualdades e conflitos territoriais. Löwy (2015) destaca que as práticas socioecológicas são também formas de enfrentamento ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Assim, mapear tais práticas é contribuir para visibilizar lutas e ampliar o direito à cidade e à natureza.

3 METODOLOGIA

A escolha metodológica que orientou esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, alinhada ao entendimento de que os fenômenos socioecológicos presentes na comunidade de Siribinha não podem ser reduzidos a dados numéricos, mas exigem escuta atenta, diálogo, participação e interpretação aprofundada das experiências locais. Como afirma Demo (2004), a pesquisa qualitativa trabalha com a intensidade dos fenômenos, valorizando dimensões subjetivas, simbólicas, afetivas e políticas que estruturam a vida social. Assim, compreender os saberes tradicionais, as práticas socioecológicas e os conflitos demandaram um método sensível às singularidades do território e às narrativas das pessoas que o habitam.

A investigação foi estruturada a partir de um conjunto de etapas, representadas no fluxograma de acordo com a Figura 1: revisão bibliográfica; preparação dos instrumentos de coleta de dados; visita de campo envolvendo a aplicação das entrevistas; rodas de conversa; observações diretas do cotidiano na comunidade; e sistematização dos dados após visita de campo. A dinâmica do trabalho foi guiada por princípios da pesquisa participante, mantendo constante diálogo entre pesquisadora e comunidade (moradores, marisqueiras, pescadores e lideranças locais).

Figura 1 -Fluxograma das etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Foram utilizadas as seguintes técnicas nesta pesquisa: rodas de conversa (conforme apêndice A) entrevistas semiestruturadas (apêndice B e C) e observação direta em campo. Essa combinação permitiu captar percepções individuais, padrões compartilhados e significados coletivos atribuídos ao manguezal e às práticas de manejo.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com diferentes atores sociais, incluindo:

- pescadores artesanais;
- marisqueiras experientes;
- proprietários das barracas de praia.

Cada entrevista seguiu um roteiro flexível, permitindo que os entrevistados narrassem suas experiências em seus próprios termos. O objetivo das falas foi revelar

conhecimentos práticos transmitidos intergeracionalmente, percepções sobre mudanças ambientais, estratégias de sobrevivência, conflitos vividos e expectativas quanto ao futuro do território. Os diálogos ocorreram majoritariamente nos próprios locais de trabalho (o manguezal, o rio, a rua ou a praia), fortalecendo a atmosfera de confiança e a espontaneidade das respostas.

As rodas de conversa foram mobilizadas como espaço de fala, troca e reconhecimento coletivo. Nessas rodas, marisqueiras e pescadores discutiram problemas comuns, impactos ambientais, conflitos com o turismo, mudanças na dinâmica das marés e transformações do ecossistema. Esse método reforçou o caráter participativo da pesquisa, permitindo que as pessoas se escutassem e identificassem pontos de convergência e divergência.

A observação direta, combinada com registros fotográficos e anotações em diário de campo, constituiu outra dimensão central da metodologia. A vivência no território (caminhando pelo manguezal, navegando pelo rio, acompanhando a mariscagem ou testemunhando o uso cotidiano do espaço), permitiu captar aspectos que dificilmente emergiriam por meio de perguntas formais.

O processo de análise dos dados seguiu a lógica da hermenêutica, inspirada em Thompson e sistematizada por Demo (2004). Isso implicou diferentes etapas:

- descrição das falas, gestos, práticas e percepções;
- análise sócio-histórica, situando o território de Siribinha em seu contexto de conflitos, políticas públicas e pressões externas;
- análise discursiva, identificando recorrências, tensões, ausências e modos de expressão próprios da comunidade;
- interpretação crítica, buscando compreender não apenas o que foi dito, mas também o que é significado pelo silêncio, pela hesitação, pela emoção e pelo contexto.

Essa metodologia permitiu interpretar o manguezal como território vivo, onde práticas socioecológicas (pesca e mariscagem) articulam conhecimentos tradicionais, memórias e formas de resistência. Também possibilitou identificar impactos

ambientais percebidos pelos moradores, muitas vezes antes mesmo de serem mapeados por órgãos ambientais, destacando a comunidade como observadora contínua.

Todas as entrevistas e rodas de conversa foram realizadas mediante consentimento verbal informado, respeitando os limites, tempos e preferências dos participantes. Os nomes utilizados pertencem às pessoas que desejaram ser identificadas, preservando a autenticidade de suas narrativas. Em outros casos, utilizou-se identificação descritiva (como “pescador” ou “marisqueira”) conforme combinado.

Por fim, todas as atividades foram conduzidas com base nos princípios éticos estabelecidos pelo Sistema CEP/CONEP, assegurando o consentimento livre e esclarecido de todos os participantes, bem como o respeito à confidencialidade das informações compartilhadas. A ética, neste trabalho, não é apenas um protocolo, mas uma escolha política e metodológica que reconhece a dignidade e o saber de cada sujeito envolvido (RESOLUÇÃO CNS nº 510/2016).

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo desta pesquisa é a localidade de Siribinha, no município de Conde, integrante do Litoral Norte da Bahia e da zona turística denominada Costa dos Coqueiros. Atualmente, a economia de Conde sustenta-se na pesca artesanal, na mariscagem, no cultivo do coco-da-baía e no turismo. As praias do município (Siribinha, Barra do Itariri, Poças e Sítio do Conde) compõem um dos roteiros turísticos do litoral norte baiano atraindo visitantes pela beleza natural e pela cultura local (CONDE, 2024). Entretanto, o crescimento turístico desordenado, aliado à expansão imobiliária e à ausência de infraestrutura adequada, tem gerado impactos significativos sobre os ecossistemas costeiros.

Siribinha está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte da Bahia, instituída pelo Decreto Estadual nº 1.046, de 17 de março de 1992. Sua criação ocorreu no contexto da ampliação das políticas de conservação ambiental no

Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolidou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental (art. 225).

A criação da APA foi motivada principalmente pela necessidade de proteger um dos trechos costeiros mais relevantes do país, em razão da alta biodiversidade, da presença de ecossistemas sensíveis (como restingas, manguezais, áreas úmidas e recifes de coral) e da crescente pressão imobiliária e turística sobre a região (BAHIA, 1992).

Trata-se de uma unidade de conservação de uso sustentável, conforme a categoria definida pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei nº 9.985/2000), que permite a presença de propriedades privadas e o desenvolvimento de atividades econômicas, desde que compatíveis com seus objetivos de conservação.

Do ponto de vista administrativo, a APA do Litoral Norte abrange os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, (INEMA, 2015). Essa abrangência confere à unidade uma grande complexidade em termos de gestão, dada a diversidade de interesses econômicos (turismo, indústria, especulação imobiliária, pesca artesanal e agricultura) e de atores sociais presentes na região.

3.1.1 Localidade de Siribinha, Conde – Bahia

Siribinha localiza-se na porção nordeste do município de Conde, às margens do estuário do rio Itapicuru, onde este deságua no Oceano Atlântico. A localidade encontra-se inserida em uma paisagem estuarina marcada por ecossistemas costeiros interdependentes, como manguezais, dunas, restingas e planícies alagáveis, compondo uma unidade ecológica de grande valor ambiental e sociocultural.

A ocupação de Siribinha está intimamente relacionada à história da pesca artesanal e à formação de comunidades tradicionais. Desde o século XX, famílias de pescadores migraram de outras localidades do município e consolidaram um modo de vida fortemente vinculado ao mar e ao estuário. As atividades econômicas predominantes são a pesca, a mariscagem e, mais recentemente, o turismo

comunitário. A pesca artesanal constitui o eixo identitário da comunidade, abarcando uma ampla variedade de técnicas e instrumentos (entre eles, tarrafas, covos, espinhéis, redes de espera e embarcações de pequeno porte), além de expressar uma forma particular de relação com o ambiente (PEREIRA, 2011).

Pereira (2011), apresenta a comunidade de Siribinha como um dos exemplos mais expressivos da manutenção de um léxico tradicional da pesca, transmitido oralmente de geração em geração. A autora observa que a linguagem empregada pelos pescadores constitui um patrimônio imaterial, revelando tanto os aspectos técnicos da atividade quanto a visão de mundo dos sujeitos locais. Essa herança linguística e cultural reforça a importância do reconhecimento das práticas comunicativas enquanto elementos da identidade coletiva. Segundo a autora, a linguagem da pesca constitui um registro vivo da cultura e da memória de uma comunidade que se expressa a partir do mar (PEREIRA, 2011, p. 45).

Além da dimensão linguística, Siribinha preserva modos de vida baseados na cooperação comunitária, nas relações de parentesco e no uso sustentável dos recursos naturais. O estudo de Paiva (2023) destaca a força dessas práticas nas novas gerações, especialmente por meio de ações educativas e de valorização do patrimônio cultural. A autora afirma que a comunidade de Siribinha enxerga nas brincadeiras e na partilha intergeracional uma forma de resistência frente às transformações socioeconômicas que atravessam o litoral condeense (PAIVA, 2023, p. 38).

O fato de Siribinha estar dentro dos limites da APA do Litoral Norte, lhe confere importância estratégica para a conservação da biodiversidade e manejo sustentável dos ecossistemas costeiros. A interação entre o mar, o rio e o manguezal, sustenta uma alta produtividade biológica, tornando o estuário do Itapicuru um dos principais berçários naturais do litoral baiano.

Culturalmente, Siribinha é reconhecida pelo senso de coletividade, hospitalidade e manifestações culturais ligadas ao cotidiano pesqueiro. Essa identidade se expressa em festas populares, como a de São Pedro, padroeiro dos pescadores, reafirmam a relação simbólica entre fé, trabalho e natureza. Como analisa Paiva (2023), nessa comunidade as formas de brincar, pescar e narrar histórias são

práticas fundamentais para a reafirmação do pertencimento ao território, em que o rio/mar se revelam, simultaneamente, como sustento, desafio e memória.

Assim, Siribinha representa um território singular na interface entre o ambiente natural e a cultura tradicional pesqueira, sintetizando o modo de vida das comunidades costeiras do litoral norte da Bahia. Sua paisagem dinâmica, sua linguagem e suas práticas culturais constituem um patrimônio, que expressa o equilíbrio entre o conhecimento ancestral e as transformações contemporâneas do litoral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados produzidos em campo é composta por entrevistas com marisqueiras, pescadores, moradores e representantes da comunidade, além das observações diretas no manguezal de Siribinha. Tudo isso possibilitou compreender a complexidade do território estudado e a profundidade das relações que nele se desenvolvem. O manguezal, longe de ser apenas um ecossistema ou recurso natural, emerge nas falas e nos percursos como um território vivo, onde práticas de trabalho, formas de manejo, memórias, conflitos, afetos e saberes tradicionais se entrelaçam de maneira indissociável.

Os resultados apresentados neste capítulo dão materialidade ao objetivo central desta pesquisa: compreender como se articulam os saberes tradicionais, as práticas socioecológicas (pesca e mariscagem) e os processos antrópicos que incidem sobre as áreas de manguezal de Siribinha. Foi possível constatar que os conhecimentos locais, transmitidos entre gerações, sustentados por observação contínua e sensibilidade ecológica constituem uma base sólida de manejo, conservação e leitura do ambiente, operando como verdadeiros sistemas de gestão comunitária. A maré, a lua, os ventos, o cheiro do corpo no manguezal, a presença das garças, a densidade do lodo, as marcas deixadas no território e até os silêncios da natureza são interpretados com precisão pelas marisqueiras, revelando uma ciência cotidiana que não apenas orienta o trabalho, mas protege a vida que ali se renova.

Ao mesmo tempo, os resultados apontam para a existência de fortes pressões antrópicas sobre o território. Alguns fatores como o turismo desordenado, a especulação imobiliária e o crescimento urbano sem planejamento exercem pressão sobre os manguezais. Essa pressão é agravada por uma infraestrutura precária, pela fragmentação entre o zoneamento urbano e ambiental e pela ausência de planos de manejo para as unidades de conservação. Por consequência, intensificam-se as tensões sobre esse ecossistema e, principalmente, sobre as comunidades que dependem diretamente do mesmo.

As falas dos entrevistados evidenciam conflitos pelo uso da orla, restrição de acesso a áreas tradicionalmente ocupadas por pescadores e marisqueiras, fragilidades na gestão municipal e tensões entre normas ambientais e práticas comunitárias. Tais conflitos não se limitam a disputas materiais: incluem disputas simbólicas, políticas e territoriais, que determinam quem tem direito à permanência, ao trabalho, ao movimento e ao futuro no território.

Dessa forma, o conjunto dos resultados aqui apresentados revela que a sustentabilidade dos manguezais de Siribinha não pode ser compreendida sem o reconhecimento do papel central das comunidades tradicionais na conservação do mesmo. Os saberes locais, as práticas de manejo e a leitura sensível da natureza demonstram que há na comunidade um repertório sólido e historicamente construído de proteção ambiental, frequentemente mais eficaz do que mecanismos formais de gestão. Por outro lado, as pressões externas evidenciam a necessidade de políticas públicas integradas, participativas e comprometidas com a questão socioambiental.

Este capítulo apresenta, portanto, os principais achados desta pesquisa, organizados a partir dos objetivos específicos do estudo. Eles são discutidos de maneira articulada, fundamentados nos relatos de campo e acompanhados de reflexão crítica sobre os conflitos, desafios e potencialidades do território.

4.1 IMERSÃO NO MANGUEZAL

No dia 20 de novembro de 2025 realizou-se uma atividade de campo no manguezal de Siribinha (Figura 2). Durante essa atividade, foi conduzida uma conversa (conforme Apêndice A) com uma marisqueira de longa experiência que identifica-se como “Nega”, nascida e criada no manguezal, com trajetória familiar de pesca e mariscagem: “Minha mãe é marisqueira, meu pai é pescador”. O que posiciona sua fala como um conhecimento produzido por vivência multigeracional e transmissão direta entre gerações. A rotina descrita (acordar por volta das 4h, entrar no manguezal às 6h30 e retornar ao fim da tarde) expressa um calendário de trabalho intimamente ligado aos ciclos naturais e às demandas de reprodução social do sustento familiar.

Figura 2 - Manguezal de Siribinha



Fonte: A autora, 2025.

Da conversa emergem temas centrais que organizam tanto a narrativa da marisqueira quanto às implicações analíticas para o estudo.

Nega descreve um repertório de sinais que orientam sua tomada de decisão no manguezal. A “leitura” é feita por sinais visuais (presença de garças, coroas), sensoriais (cheiro no lodo) e rítmicos (lua e maré). A fala dela sintetiza como conhecimento empírico e prático: “A maré, a lua, o vento é que dizem pra gente onde dá pra ir. O aratu só pega no lugar certo, na hora certa.” Essa combinação de indicadores permite à comunidade localizar berçários e definir estratégias de entrada e saída do manguezal, evitando esforços ineficazes e reduzindo impactos sobre a reprodução das espécies.

Um dos elementos mais importantes para a conservação local é o conjunto de normas informais que regulam o uso do espaço. Durante a conversa, ela explicou que as comunidades fazem “rodízio entre pescueiros” e evitam reaproveitar imediatamente o mesmo local até que a maré “lave” vestígios de atividade. “Enquanto a maré não lavar o nosso cheiro, ninguém pesca naquele lugar. Tem que descansar.”

Prática que funciona como um mecanismo tradicional de recuperação. Além disso, há seleção consciente por tamanho e sexo (evitar pegar juvenis ou fêmeas ovadas), técnica que traduz uma ética prática de reprodução dos estoques, ainda que não formalizada por políticas públicas.

Ela também relatou conhecimento refinado sobre épocas de desova: identifica-se a sazonalidade do robalo e do camarão, por exemplo, e descreve como esses ritmos se interpenetram com as práticas de pesca. Ao mesmo tempo, coloca-se a tensão entre a existência do defeso legal (que protege algumas espécies) e a necessidade de subsistência: “Por não ter o defeso do aratu, a gente não consegue respeitar. Porque ele desova a cada 60 dias. E a gente não tem outra sobrevivência se não a pesca.” Esse trecho evidencia o dilema que muitas comunidades enfrentam, a coexistência entre práticas conservacionistas tradicionais e a urgência econômica que impede obediência plena a regimes de proteção que não consideram alternativas de renda.

Entre os relatos, sobressaem denúncias de declínio: a marisqueira lembra de um episódio prolongado de mortandade e falta de caranguejos e aratus por cerca de três anos: “Teve três anos que sumiu tudo. Não tinha caranguejo, não tinha aratu.

Não sabemos por que”. Essas observações locais apontam para processos ambientais (eventos de mortandade, alteração de hidrologia, contaminação) que exigem investigação interdisciplinar. Os saberes locais, aqui, funcionam como indicações precoces de mudanças que podem passar despercebidas por monitoramentos formais.

A narrativa de vida da Nega, quando ela relata sua primeira vez no mar; questionamentos sobre o papel da mulher na pesca; afirmação de competência quando pescou mais que os homens, destacam a importância de incorporar a dimensão de gênero na análise. As mulheres não apenas participam da cadeia produtiva, mas lideram práticas de manejo, transmissão de saberes e organização comunitária. Esse relato pessoal (episódio de 2011 quando ela provou sua competência) é uma forma de memória que marca a legitimidade na profissão.

A marisqueira registra que há apoio material ocasional (doações de isopor, coolers, kits), ações de assistência e a presença de programas como a Bahia Pesca,

que entrega alevinos⁵ e insumos. Contudo, ressalta-se a ausência de formas de organização formal (cooperação, certificação orgânica) e limitações nas políticas locais para transformar tais apoios em condições duradouras de fortalecimento produtivo. Essa lacuna evidencia um campo de intervenção para políticas públicas que valorizem e potencializem as práticas locais sem as descaracterizar.

A imersão no manguezal (Figura 3) funcionou como um nó integrador entre saberes locais, práticas de manejo e a experiência vivida das transformações ambientais e sociais, em conformidade com um dos objetivos específicos. Este objetivo foi atendido na medida que as conversas e a observação em campo permitiram identificar um conjunto amplo e consistente de saberes tradicionais relacionados ao ecossistema do manguezal, revelando como a comunidade de Siribinha desenvolve um conhecimento detalhado sobre marés, ciclos lunares, comportamento das espécies e indicadores naturais de abundância. A fala da marisqueira retrata uma prática que protege e sustenta o território, ao mesmo tempo em que revela vulnerabilidades produzidas por processos alheios ao controle comunitário.

⁵ Alevinos são peixes muito jovens, que ainda estão em fase inicial de desenvolvimento. São utilizados por exemplo como "sementes" para tanques de engorda.

Figura 3 - Experiência imersiva no manguezal de Siribinha



Fonte: Daiane Marques, 2025

4.2 VOZES DA MARÉ

As entrevistas realizadas com moradores da comunidade, pescadores(as), marisqueiras e proprietários das barracas de Siribinha revelam que o manguezal não é apenas um ecossistema, mas um território afetivo, produtivo, ancestral e político, onde se entrelaçam práticas de trabalho, memórias familiares, saberes ambientais e estratégias de sobrevivência.

Nesse sentido, compreender suas falas é compreender o processo por trás de profundas transformações ambientais e por conflitos envolvendo turismo,

especulação, pressão imobiliária, mudanças climáticas e desigualdade no acesso aos recursos naturais.

A maior parte dos pescadores e marisqueiras de Siribinha são vinculados à colônia Z-31 que atualmente conta com aproximadamente 860 associados (Figura 4). Os relatos evidenciam que a comunidade possui um conhecimento acumulado, transmitido entre gerações, que funciona como uma forma de gestão tradicional do território, ainda que não formalizada por políticas públicas. São saberes que estruturam o uso do manguezal, regulam capturas, orientam práticas alimentares, mantêm tradições familiares e funcionam como sistema de monitoramento ambiental.

Figura 4 - Memorial de Pescadores/Marisqueiras da Colônia “Z-31”



Fonte: João Carlos Cavalcante Sousa, 2025.

Ao mesmo tempo, essas práticas coexistem com condições de vulnerabilidade econômica e instabilidade ecológica, que desafiam a continuidade da pesca artesanal como modo de vida.

O pescador Sr. Jonas, 93 anos, descreve um cotidiano marcado pela relação íntima com os ritmos naturais: chuva, vento, maré, fase da lua e indica que são esses

elementos que orientam não apenas o ato de pescar, mas também decisões estratégicas como o local, horário e tipo de rede ou instrumento a ser utilizado.

Nas falas, a pesca se apresenta como um saber incorporado “é no braço, no olhar, no vento”, revelando uma dimensão sensorial da prática que dificilmente aparece em documentos técnicos.

A marisqueira Gleide, 40 anos, por sua vez, narra um trabalho que combina destreza, paciência e força física: quebrar aratu, retirar carne, aferventar, lavar, refogar são etapas que constituem um processo técnico completo, invisibilizado nos discursos formais sobre turismo e economia local. Ao final, as carcaças são reintroduzidas no manguezal, em um ciclo sustentável, no qual acabam servindo de alimento para novos aratus (Figura 5). Essas práticas são formas de leitura ambiental que dependem de conhecimento profundo da lama, das coroas⁶, dos canais, dos berçários e dos ciclos da maré.

⁶ Coroas é um nome popular usado em algumas regiões para se referir a ilhas ou áreas elevadas e mais secas que se formam dentro do ecossistema. Elas se distinguem das áreas mais baixas e lodosas, que são inundadas pela maré.

Figura 5 - Processo de reuso da casca para alimentação de Aratus



Fonte: A autora, 2025.

A proprietária de uma das barracas de praia de Siribinha e ex-presidente da associação, Lia, 45 anos, articula a culinária à pesca, transformando o produto do manguezal em comida, identidade e renda. A menção a pratos como feijão de coco, arroz de coco, aratu refogado, peixe frito, camarão e siri mole, demonstra como o manguezal alimenta a economia local e sustenta a memória alimentar da comunidade. Os relatos de que “hoje a comida é outra, mas a tradição vem de longe” revelam que a gastronomia funciona como arquivo vivo, preservado no corpo, na técnica e na prática diária.

As entrevistas revelam que a comunidade possui uma capacidade apurada de detectar mudanças ambientais. As falas apontam transformações graduais, mas percebidas como profundas: alguns entrevistados que trabalham na pesca e mariscagem, relatam que, décadas atrás, capturas de 50 a 70 quilos eram comuns; hoje, esse número caiu drasticamente. Alguns falam de períodos de “sumiço” total de determinadas espécies, principalmente camarão e aratu. Essa redução é interpretada de múltiplas formas: aumento de embarcações turísticas; perturbação dos berçários;

assoreamento; lixo; temperatura da água; mudanças climáticas; construções que alteram drenagem natural, dentre outros.

As percepções dos moradores de Siribinha funcionam como verdadeiros alertas ecológicos precoces, muitas vezes antecipando diagnósticos que só mais tarde aparecem em relatórios técnicos. Pescadores e marisqueiras identificam a presença frequente de garrafas, plásticos rígidos e outros objetos trazidos por correntes marinhas ou deixados por visitantes ocasionais. A marisqueira Gleide enfatiza que, mesmo durante a coleta de mariscos, retira lixo do manguezal diariamente.

O pescador Sr. Jonas, por sua vez, destaca que as mudanças climáticas já são percebidas no cotidiano: ventos em épocas incomuns, chuvas fora do padrão e alterações no comportamento das espécies, evidenciando que os moradores atuam como um observatório ambiental permanente. O Sr. Jonas também reconhece que o turismo traz renda e amplia a circulação de pessoas, mas aponta os impactos negativos associados a esse crescimento desordenado, como embarcações de passeio que rasgam redes, disputa de espaço no rio, aumento do lixo, perturbação de áreas de reprodução e valorização imobiliária que restringe o acesso tradicional ao território.

A afirmação recorrente de que “tem barco que passa por cima da rede e diz que não vê” sintetiza essa desigualdade: aqueles que dependem do rio para viver têm seus direitos frequentemente subordinados aos interesses de quem o utiliza apenas para lazer.

As entrevistas citam fazendeiros, grileiros e até estrangeiros que cercam áreas próximas ao manguezal, colocando placas ambientais contraditórias: áreas antes de uso comum, de pesca, de passagem ou de lazer são transformadas em espaços privatizados sob argumento de “proteção”. Esse uso instrumental da retórica ambiental (uma “ecologia privatizada”) ameaça a reprodução social da comunidade.

Um dos pescadores entrevistados afirma: “Não temos apoio, não temos nada.”⁷ (informação verbal). Essa ausência cria um vácuo onde o turismo e a especulação avançam, enquanto a pesca artesanal continua invisibilizada.

⁷ Fala do Sr. Jonas durante entrevista realizada no dia 20/11/2025, conforme APÊNDICE B.

As falas mostram que a comunidade possui normas internas que funcionam como um regime de gestão ambiental tradicional: não pescar em áreas recém exploradas (“tem que descansar para a maré lavar o cheiro”); não capturar fêmeas pequenas; não pegar crustáceos juvenis; dividir peixe quando a maré vem forte e apoiar famílias em tempos de escassez. São práticas que expressam uma economia moral do manguezal, baseada na reciprocidade, na responsabilidade coletiva e no equilíbrio entre uso e cuidado.

Essa economia moral é a base de uma governança tradicional, que se choca com políticas fragmentadas e com lógicas externas ao território e com isso a transmissão dos saberes vem se tornando mais frágil: alguns filhos seguem o pai, aprendendo remos, redes e ventos; outros se afastam da prática por falta de retorno financeiro ou fascínio pelo turismo e empregos urbanos.

Essa ruptura emergente representa risco à continuidade dos saberes tradicionais, tornando urgente o fortalecimento de políticas de educação patrimonial, escolas da maré, mapeamento comunitário e projetos de juventude no território.

Um ponto crucial emerge das entrevistas: “Se depender do preço do aratu, a gente morre de fome”⁸. Essa frase, dita pelo entrevistado Domingos, revela uma tensão central da justiça socioambiental: não há conservação possível sem segurança econômica. É inviável exigir que pescadores respeitem defesos longos se não houver: renda alternativa; programas de apoio; assistência técnica; participação em decisões e infraestrutura mínima. A conservação só é sustentável se for coletiva, participativa e acompanhada de políticas de cuidado social.

As entrevistas revelam que os pescadores, marisqueiras e proprietários de barracas de Siribinha não são apenas usuários do manguezal, são guardiões do território, agentes de conservação informal, produtores de alimento e mantenedores de saberes ancestrais.

Suas falas apontam para necessidades urgentes como: políticas públicas integradas; reconhecimento dos saberes tradicionais; a construção de mecanismos

⁸ Fala do Sr. Domingos durante entrevista realizada no dia 20/11/2025, conforme APÊNDICE B.

de defesa do manguezal que valorizem o protagonismo comunitário e a importância da pesca artesanal na composição da economia e da identidade local.

Esses relatos não são apenas dados, são memórias, denúncias políticas, diagnósticos ambientais e propostas de futuro que emergem do próprio território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta pesquisa permitiu percorrer Siribinha não apenas como um recorte geográfico, mas como uma comunidade atravessada por relações afetivas, práticas de cuidado, modos de sobrevivência e disputas históricas. O manguezal, frequentemente tratado apenas como “recurso natural”, revelou uma dimensão muito mais ampla e complexa: ele sustenta vidas, organiza rotinas, estrutura saberes e molda identidades. Em cada gesto das marisqueiras, em cada remada dos pescadores, existe um conhecimento ancestral que desafia simplificações e exige ser reconhecido em sua profundidade.

Ao escutar pescadores, marisqueiras e proprietários das barracas de praia tornou-se evidente que o manguezal não é um cenário, mas um corpo vivo com o qual as pessoas dialogam diariamente. As experiências narradas, ora marcadas por orgulho, ora por frustração, ora por esperança, revelam que a relação com o ambiente é guiada por intimidade, responsabilidade e respeito. São saberes construídos no ritmo da maré, na observação das fases da lua, no tato das mãos que quebram aratu, no faro para identificar o “cheiro” do mangue, no ouvido atento ao vento que anuncia mudança.

Essas práticas formam um repertório ecológico que não se aprende em livros, mas que garante a continuidade de atividades fundamentais para a comunidade. A pesquisa mostrou que esse conjunto de percepções funciona como um verdadeiro sistema de gestão, ainda que não formalizado pelo Estado. Ele regula o uso de espaços, define períodos de descanso das áreas exploradas, orienta o que pode ou não ser capturado e estabelece limites éticos para garantir que o manguezal continue oferecendo o que sempre ofereceu.

Além disso, as narrativas revelam a força das mulheres no cuidado com o rio e com o manguezal. As marisqueiras desempenham um papel que vai muito além do trabalho físico: são guardiãs de saberes culinários, de modos de manejo, de histórias de família e de formas de resistência. Suas práticas são fundamentais para manter viva a identidade local e para garantir a segurança alimentar das próprias famílias e da comunidade.

Contudo, a realidade encontrada não é somente de permanências e belezas. Os relatos também descortinam um conjunto de ameaças que se intensificaram nos últimos anos: avanço de empreendimentos privados, cercamentos de áreas antes de uso comunitário, tráfego de embarcações turísticas que interferem no trabalho dos pescadores, aumento de resíduos trazidos por visitantes ou pelo mar, dificuldades econômicas que tornam a sobrevivência cada vez mais incerta. Há também a marca profunda das mudanças climáticas, percebidas no atraso das chuvas, na alteração dos ventos, na instabilidade das marés e no comportamento irregular das espécies.

Esses impactos, somados à ausência de políticas públicas eficazes, evidenciam que os modos de vida tradicionais estão sendo pressionados por dinâmicas que escapam ao controle das comunidades. Em muitos momentos, os moradores se sentem invisibilizados ou desconsiderados por órgãos públicos e iniciativas privadas que tratam o território como produto, e não como lar.

Ficou evidente que qualquer ação voltada à preservação das áreas úmidas (especialmente do manguezal), à ordenação do turismo ou à gestão de conflitos precisa necessariamente passar pela escuta e pelo protagonismo daqueles que ali vivem. É a comunidade que conhece cada mudança do rio, cada canto do manguezal, cada época de abundância ou escassez. É ela que garante, com seus esforços diários, a continuidade de um modo de vida que respeita e cuida da natureza, não por obrigação, mas por pertencimento.

Assim, a partir de tudo que foi observado, analisado e vivido durante a pesquisa, conclui-se que a sustentabilidade socioambiental de Siribinha depende fundamentalmente da valorização do conhecimento local, da participação ativa da comunidade nas decisões, do reconhecimento das formas tradicionais de manejo, do acesso justo ao território e da implementação de políticas que dialoguem com a realidade concreta das famílias.

Não se trata apenas de proteger o manguezal como formação natural, mas de assegurar a permanência das pessoas que lhe dão sentido e história. Preservar o manguezal é preservar também a vida que dele depende, a cultura que nele se formou, a memória que ele abriga e o futuro que ele ainda pode oferecer.

Em síntese, este trabalho demonstra que é impossível pensar o território sem considerar quem o vive. Siribinha é fruto da relação harmônica, embora tensionada, entre seres humanos e natureza. É um lugar onde o rio, o mar, a lama, os coqueiros, as casas e as pessoas formam uma unidade que só pode ser compreendida em sua inteireza quando se observa com atenção e sensibilidade.

Ao finalizar esta pesquisa, reafirma-se que o manguezal é mais que um espaço natural: é onde luta-se por reconhecimento, por chão, por comida, por memória e por futuro. Que as vozes aqui registradas possam inspirar políticas mais humanas, pesquisas mais comprometidas e olhares mais atentos para aqueles que, no silêncio das marés, seguem garantindo a continuidade de um modo de vida essencial para a história e a identidade do litoral baiano.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e territoriais: do contexto da crítica ao neoliberalismo às metodologias participativas**. In: CARLOS, A. F. OLIVEIRA, A. U. (orgs.). Território e globalização. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 23-40.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção de territórios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ACSELRAD, H. (Coord.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Curitiba: UFPR, 2004.

BAHIA. **Decreto Estadual nº 1.046, de 17 de março de 1992**. Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 18 mar. 1992.

BAHIA. Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM. **Resolução nº 1.040, de 13 de dezembro de 1995**. Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte do Estado da Bahia. Salvador: CEPRAM, 1995.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). **Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações da APA Litoral Norte/BA**. Salvador: SEMARH/CRA, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial [da] União, Brasília, 2 set. 1981.

BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, 18 maio 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Diário Oficial [da] União, Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal). Diário Oficial [da] União, Brasília, 28 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégias e ações para a conservação das áreas úmidas do Brasil.** Brasília, DF: MMA/ICMBio, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégia Nacional de Zonas Úmidas.** Brasília: MMA, 2018.

BRINSON, M. M. **Changes in the functioning of wetlands along environmental gradients.** Wetlands, v. 13, n. 2, p. 65-74, 1993.

COMITÊ BRASIL EM DEFESA DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Código Florestal e a ciência: o que nossos legisladores ainda precisam saber.** Brasília: Comitê Brasil, 2012.

CORREIA, I. O. **A influência da refração de ondas e da deriva litorânea na dinâmica do pontal arenoso de Sítio do Conde e Siribinha, Bahia, Brasil. 2017.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Oceanografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CUNHA-LIGNON, M. et al. **Estudos de caso nos manguezais do Estado de São Paulo: aplicação de ferramentas com diferentes escalas espaço-temporais.** Revista de Gestão Costeira Integrada, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 79-91, 2009.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1998.

EMBRAPA. **Tabuleiros Costeiros: Solos, Geomorfologia e Ecossistemas.** Aracaju: Embrapa Solos, 2013.

FORTUNATO, R. C. **Estudos pedológicos e a fragilidade ambiental dos tabuleiros costeiros no Litoral Norte da Bahia**. Salvador: UFBA, 2004.

GODOY, M. D. P. **Os impactos das mudanças climáticas nos ecossistemas costeiros brasileiros: vulnerabilidades e estratégias de adaptação**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

GOES, L. P. et al. **Comunidade de abelhas em diversos métodos de amostragem: fenologia e sazonalidade de uma restinga costeira em Mangue Seco, litoral norte da Bahia**. Candombá – Revista Virtual, v. 17, n. 1, p. 31-47, 2021.G

GONÇALVES, M. C. DA S. **O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico**. 2007.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, R. **Territórios e territorialidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia. **APA do Litoral Norte do Estado da Bahia: Caracterização Ambiental e Diretrizes de Gestão**. Salvador, 2020. Disponível em: <https://www.inema.ba.gov.br/>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018.

JUNK, W. J. et al. **Current state of knowledge regarding the world's wetlands and their future under global climate change: a synthesis**. Aquatic Sciences, v. 77, n. 1, p. 151-167, 2014.

JUNK, W. J. et al. **A definição e classificação das áreas úmidas no Brasil: uma contribuição científica**. In: PIEDADE, M. T. F.; JUNK, W. J.; SOARES, M. G. M. (orgs.). **Áreas úmidas no âmbito do Código Florestal brasileiro**. Brasília: INPA/Comitê Brasil, 2012. p. 9-14.

- LITTLE, P. E. **Territorialidades e conflitos na Amazônia**. São Paulo: UNESP, 2002.
- LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.
- LÖWY, M. **Ecologia e socialismo: ecossocialismo e ecossocialismo**. São Paulo: Cortez, 2015.
- LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e movimentos sociais: a necessária utopia da ecocidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MAIA, L. P. et al. **Estudo das áreas de manguezais do Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR; ISME-BR, 2005.
- MANDALAS AGRÍCOLAS. **Mandalas Agrícolas: sistemas produtivos sustentáveis**. Brasília: Embrapa, 2019.
- MARCOS, H. A. et al. **Cartografia social: entre práticas e epistemologias insurgentes**. Revista Cartográfica, v. 1, n. 2, p. 15-30, 2023.
- MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.
- MENEZES, L. A. de. “**Caracterização da paisagem do baixo curso do rio Itapicuru, Conde/Bahia**”. Sitientibus, n. 53, p. 9–17, jul./dez. 2015. DOI: 10.13102/sitientibus.v0i53.4464.
- MOREIRA, G. DE A. **Histórias familiares e as artes de pesca na comunidade das Poças, Conde – BA**. 2023. 169 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- NASCIMENTO JÚNIOR, W. R. **Análise da dinâmica das áreas de manguezal no litoral norte do Brasil a partir de dados multisensores e hidrossedimentológicos**. Belém: UFPA, 2016.
- PAIVA, M. F. S. **Uma jornada de identificação patrimonial com crianças e brincadeiras: o caso das comunidades de Poças e Siribinha**. 2023. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

PEREIRA, T. D. **A linguagem da pesca em comunidades baianas: um estudo dialetal em Siribinha e Bom Jesus dos Passos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMSAR CONVENTION SECRETARIAT. **Strategic framework and guidelines for the future development of the List of Wetlands of International Importance**. Gland: Ramsar Secretariat, 2010.

RICHIERI, S. M. DE M. **Estudo do Impacto das Mudanças Climáticas Globais nos Mangues Tropicais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos) – Instituto Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul, 2006.

ROCHA, H.; CARVALHO, C.; SILVA, R.; SOUZA, T. **Práticas socioecológicas e resiliência urbana: uma experiência de pesquisa**. In: V ENCONTRO LATINO-AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte da Bahia**. Salvador: SEI, 2010.

SIHS/SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Atlas de Recursos Hídricos da Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2010.

SOUZA, M. L. **Ambiente urbano e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TIENGO, R. DE P. **Manguezais sob uma perspectiva social e econômica: percepção ambiental dos serviços ecossistêmicos presentes na Ilha das Caieiras, Vitória/ES**. Vitória: UFES, 2017.

VANNUCCI, M. **Os manguezais e nós: uma síntese de percepções**. São Paulo: Edusp, 2003.

VARELA, A. G. **“Uma dádiva das marés”: os estudos sobre manguezais da cientista Marta Vannucci em sua trajetória internacional (1969-1989)**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 115-132, 2020.

APÊNDICE A – RODA DE CONVERSA

1. Apresentação e Acolhimento

2. Perguntas de Contextualização

- (a) Há quanto tempo você trabalha aqui no mangue?
- (b) Quem te ensinou a mariscar ou a pescar aqui?
- (c) Como é um dia normal de trabalho para você?

3. Conhecimento sobre o ambiente e as espécies

- (a) Você saberia me mostrar onde ficam os berçários das espécies (lugares onde os animais se reproduzem ou crescem)?
- (b) Como vocês identificam esses lugares — há sinais, plantas, tipos de lama ou outros indicativos?
- (c) Existem locais onde não se pode pescar de jeito nenhum? Por quê?
- (d) Como vocês leem a maré — sabem o momento certo para entrar ou sair do mangue?
- (e) E o ciclo de vida das espécies: vocês percebem quando é época de desova, de crescimento ou de escassez?
- (f) Perguntar a espécie de caranguejo, aratu e siri
- (g) Quais pontos encontramos o caranguejo, siri e aratu?
- (h) Quais espécies de peixes são encontradas próximo ao mangue e ao longo da costa com mais frequência?

4. Manejo tradicional e práticas sustentáveis

- (a) Como vocês controlam o tamanho mínimo das espécies que podem ser coletadas?
- (b) Fazem seleção por sexo (machos e fêmeas) na coleta?
- (c) Existe algum tipo de rodízio de áreas — um lugar de descanso enquanto outro é explorado?
- (d) Se existe, quanto tempo deixam um lugar parado antes de voltar a mariscar?
- (e) Há algum registro ou caderno de anotações sobre essas práticas, ou cada marisqueira guarda na memória e na experiência?
- (f) Vocês têm outros lugares alternativos de coleta, para deixar o mangue se recuperar?

5. Transformações ambientais e sociais

- (a) Você percebeu mudança na quantidade de espécies com o passar dos anos?
- (b) Acredita que isso tem relação com as ações humanas (como poluição, construções, turismo, esgoto)?
- (c) Há criadouros de camarão na região? Isso afeta o manguezal ou a pesca de vocês?
- (d) E o turismo aqui: tem aumentado? Ele traz mais problemas ou oportunidades?
- (e) Quais mudanças mais te preocupam hoje no mangue e nas espécies?
- (f) Há lugares sagrados ou de memória, onde não se coleta por respeito ou tradição?

APÊNDICE B — ENTREVISTA COM MORADORES DA COMUNIDADE

Objetivo: compreender a relação dos moradores com o rio e o manguezal bem como identificar mudanças e desafios ambientais locais.

1. Dados pessoais

- (a) Nome (opcional): _____
- (b) Idade: _____
- (c) Sexo: _____
- (d) Escolaridade: _____
- (e) Tempo que mora na comunidade: _____
- (f) Ocupação principal: _____

2. Dados da relação e percepção sobre o manguezal

- (a) O rio e o mangue são importantes para você e sua comunidade?
- (b) Com que frequência você vai ao rio ou manguezal?
- (c) Para que você costuma ir ao rio/manguezal?
- (d) Você considera o rio/manguezal um espaço de: _____
- (e) Quais são os principais problemas que afetam o rio/manguezal hoje?
- (f) Você acha que o rio e o manguezal estão melhores ou piores do que antes?
- (g) Você percebeu mudanças na quantidade ou na qualidade da água, peixes e mariscos ao longo dos anos?
- (h) O que você acha que causa esses problemas?
- (i) Você percebeu mudanças no clima nos últimos anos?
- (j) O turismo é importante para a comunidade?

- (k) O turismo traz benefícios?
- (l) O turismo traz problemas?
- (m) O que poderia ser feito para equilibrar turismo e preservação?
- (n) Você conhece alguma associação ou grupo ambiental da comunidade?
- (o) Você participa de alguma ação de preservação?
- (p) Quem deve cuidar mais do rio e do manguezal?
- (q) O que a comunidade poderia fazer para melhorar a situação do rio/manguezal?

APÊNDICE C — ENTREVISTA COM PESCADORES, MARISQUEIRAS E BARQUEIROS

Objetivo: compreender a relação das pessoas que vivem da pesca e mariscagem com o rio e o manguezal, suas tradições, desafios e percepções sobre mudanças ambientais e sociais.

1. Dados pessoais

(a) Idade:

(b) Sexo:

2. Dados sobre o ofício e relação com o manguezal (a) Tempo que atua

na pesca/mariscagem/trabalho de barco:

(b) Aprendeu o ofício com:

(c) É membro de alguma associação ou colônia?

(d) O rio/manguezal tem um significado além do trabalho?

(e) Como era o rio/manguezal quando começou a trabalhar?

(f) Como está hoje em comparação com antes?

(g) O que causou as mudanças?

(h) Qual sua principal atividade?

(i) O que você pesca/coleta com mais frequência?

(j) A atividade garante o sustento da sua família?

(k) Em quais meses o trabalho é mais difícil?

(l) O turismo ajuda ou atrapalha o seu trabalho?

(m) Quais os pontos positivos do turismo?

- (n) Quais os pontos negativos?
- (o) Há conflitos ambientais na região?
- (p) Se sim, entre quem?
- (q) Existem tradições antigas mantidas na pesca/mariscagem?
- (r) A associação realiza/já realizou ações de preservação?
- (s) O que poderia ser feito para proteger o rio e o manguezal?